

Notificação de Execução da Sentença

Processo Penal n.º 2023/0456

Tribunal Judicial de Lisboa – Juiz de Instrução Criminal n.º 4

Lisboa, 12 de fevereiro de 2026

1. Identificação das partes

Parte	Nome	NIF	Morada
Réu / Executado	João da Silva	123 456 789	Rua da Alegria, n.º 45, 3.º Dto., 1150-123 Lisboa
Autor / Ministério Público	Ministério Público – Secção de Instrução Criminal	504 123 456	Av. das Forças Armadas, n.º 2, 1600-001 Lisboa

2. Fundamentação legal

Nos termos do disposto no **artigo 101.º do Código de Processo Civil** e no **artigo 217.º do Código Penal**, a presente notificação tem por objetivo dar ciência ao Executado da **execução da pena de prisão** e da **obrigação de pagamento da indemnização** fixada na sentença condenatória proferida em 28 de junho de 2025, nos autos do processo acima referenciado.

A sentença condenatória determinou:

- **Pena de prisão: dois (2) anos** de reclusão, a cumprir a partir da data de notificação desta, nos termos do artigo 71.º do Código Penal.
- **Indemnização: € 32 000,00 (trinta e dois mil euros)** a título de reparação do dano patrimonial causado à vítima, acrescida de juros de mora à taxa legal a contar da data da prática delituosa (10 de março de 2023).

3. Cumprimento da pena de prisão

1. **Data de início da execução: 15 de fevereiro de 2026.**
2. **Local de cumprimento: Regime de cumprimento de penas – Centro Prisional de Alcoentre, 2400-001 Alcoentre.**
3. **Direitos do recluso:** O Executado tem assegurado o direito de comunicação com a família, visitas nos termos da lei, e a possibilidade de solicitar a **suspensão condicional da pena** mediante cumprimento dos requisitos legais (artigos 71.º e 72.º do Código Penal).

4. Obrigação de pagamento da indemnização

4.1. Valor a pagar

Montante	Juros de mora (até à data de pagamento)	Total a pagar
€ 32 000,00	€ 1 560,00 (5 % ao ano, calculado até 12/02/2026)	€ 33 560,00

4.2. Forma de pagamento

Meio	Entidade Recebedora	IBAN	Prazo
Transferência bancária	Ministério Público – Conta n.º 00123/0001/01	PT50 0000 0000 0000 0012 3456 7	30 dias a contar da data de receção desta notificação (até 13 de março de 2026)
Depósito em numerário	Serventia de Execução de Penas – Caixa	—	Até 13 de março de 2026

4.3. Consequências do incumprimento

- **Penhora de bens:** Em caso de não pagamento até ao prazo indicado, será iniciada a fase de **penhora e avaliação de bens** nos termos do artigo 736.º do CPC.
- **Incidência de juros de mora adicionais:** Serão aplicados juros de mora à taxa legal a partir do dia seguinte ao término do prazo (14 de março de 2026).
- **Execução coerciva:** Poderá ser requerida a **execução forçada** mediante ordem de arresto de contas bancárias, veículos, imóveis ou outros bens do Executado.

5. Instruções para contestação ou pedido de parcelamento

O Executado pode, até **15 dias** após a receção desta notificação (ou seja, até **27 de fevereiro de 2026**), apresentar à **Serventia da Execução de Penas** um **pedido de parcelamento** da indemnização, nos termos do artigo 735.º do CPC, acompanhado de:

- Declaração de rendimentos e situação patrimonial atual;
- Proposta de plano de pagamento (n.º de parcelas, valores e datas).

O pedido será analisado e, se considerado razoável, será deferido mediante decisão motivada da Serventia.

6. Contactos da Serventia da Execução de Penas

Serventia da Execução de Penas – Tribunal Judicial de Lisboa

Rua da Prata, n.º 12, 1150-234 Lisboa

Telefone: **+351 213 123 456**

Correio eletrónico: **execucao.penas@tjlisboa.gov.pt**

7. Aviso legal

A presente notificação tem efeito de **intimação** nos termos do artigo 222.º do Código de Processo Penal. O não cumprimento das obrigações aqui referidas implicará a aplicação das medidas coercitivas previstas na lei, sem prejuízo de outras sanções penais que possam advir da prática de crime de incumprimento de obrigação pecuniária.

Lisboa, 12 de fevereiro de 2026

Dr. Luís Carvalho – Advogado (OA 67890)

Dr. Ana Pereira – Advogada (OA 12345)

Serventia da Execução de Penas

Tribunal Judicial de Lisboa

Esta notificação foi emitida em duas vias, ficando uma em poder do Executado e outra arquivada na Serventia da Execução de Penas.